

Proibido desfigurar

Não é um pacote, disse e repetiu o ministro da Fazenda. Pedro Malan tem razão, se a definição de um pacote econômico sugere apenas um amarrado de medidas de emergência e circunstância, com alto impacto, visando a efeitos imediatos mas não necessariamente duradouros.

O programa de ajuste fiscal tem componentes assim — é o caso declarado da elevação da CPMF e do corte de despesas em ministérios e estatais — mas inclui importantes mudanças permanentes. Estão principalmente no campo da estrutura administrativa (com os projetos de regulamentação da reforma já aprovada pelo Congresso) e do sistema previdenciário do serviço público.

O Governo mostra-se aparentemente decidido a eliminar os privilégios que diferenciam o funcionário do assalariado da iniciativa particular, ao mesmo tempo que dá passos importantes na redefinição do próprio perfil do Estado.

Trata-se, realmente, de mais do que um pacote, e isso deve pesar consideravelmente na atitude do Congresso em relação ao conjunto de medidas.

A agenda é complicada, mas não inviável. Pretende-se votar ainda este ano, além do Orçamento da União (com cortes totalizando R\$ 8,7 bilhões), os três últimos destaques da reforma da Previdência, a elevação da alíquota da CPMF de 0,20% para 0,38%, o projeto que estende aos bancos a cobrança da Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins) e a regulamentação da reforma

administrativa. Ficarão para depois a reforma tributária, a contribuição previdenciária dos inativos do serviço público e outras medidas do ajuste.

Na tramitação de tudo isso há alguma margem de manobra e espaço para ajustes, mas certamente o país não tem tempo a perder. Ninguém ignora que é imprescindível o apoio externo aos esforços brasileiros. Isso tanto se refere aos US\$ 30 bilhões do Fundo Monetário Internacional como ao comportamento de investidores respeitáveis. E não há ingênuos nem desinformados na praça: em Nova York, independentemente da aprovação

quase unânime às medidas anunciadas, analistas afirmaram que era preciso esperar pela atuação do Congresso antes de voltar a apostar no Brasil. Aqui, a reação do mercado financeiro reflete igualmente preocupação com a tramitação das medidas.

Por respeito à autonomia dos poderes, não se pode dizer que uma proposta do Executivo ao

Legislativo é intocável. E é aceitável, por exemplo, que a aprovação de determinados pontos seja acompanhada de cobrança sobre a promessa de redução dos juros.

No entanto, por consideração com a gravidade da situação, e em face da ausência de alternativas abrangentes, viáveis e sérias, é dever de deputados e senadores não mexer nas medidas apenas para mostrar independência ou alegar paternidade. Acima de tudo, só é concebível mudar sem desfigurar — preservando a índole reformista do conjunto e mantendo a ordem de grandeza da economia pretendida.

O programa...
inclui
importantes
mudanças
permanentes

O trunfo da paz

Compreende-se facilmente o clima emocional da cerimônia que pôs fim, no Palácio do Itamaraty, à disputa territorial entre Peru e Equador — e levou o presidente Fernando Henrique às lágrimas.

Entre povos irmãos o recurso às armas é gesto fratricida. Como bem observou o presidente Fujimori, no fim das contas só os uniformes distinguem os soldados peruanos dos equatorianos. Os rostos são os mesmos, as feições iguais. O acordo assinado esta semana em Brasília mostrou mais uma vez que a diplomacia é capaz de resolver qualquer divergência na América do Sul. Neste caso, diplomatas se desdobraram para pôr fim ao conflito, propondo soluções ao mesmo tempo inventivas e práticas.

Um bom exemplo é a idéia, irrecusável e fácil de implementar, da criação de parques ecológicos na zona limítrofe da Cordilheira do Condor. Outro é a fórmula encontrada para resolver um dos pontos mais polêmicos da disputa, o posto militar de Tiwinza. A

partir de agora, será um minúsculo enclave equatoriano, de apenas um quilômetro quadrado, dentro de território peruano.

Fernando Henrique chamou a atenção, oportunamente, para um aspecto que não deveria passar despercebido. Disse ele que "Peru e Equador demonstraram a todo o mundo que a América do Sul se distingue por ser uma região de paz".

De imediato, o acordo beneficia principalmente os dois litigantes, que além de economizar com efetivos militares vão receber ajuda internacional para obras de desenvolvimento. Mas todo o continente sai com sua imagem fortalecida.

A importância dessa imagem fora das fronteiras regionais pode ser avaliada pelo interesse

demonstrado por outros países: o rei Juan Carlos, da Espanha, viajou a Brasília com a rainha Sofia para participar da cerimônia. Num mundo em que investidores se assustam com a própria sombra, paz e estabilidade são vantagens tão poderosas que devem ser tratadas como bens de família.

Todo o
continente sai
com sua
imagem
fortalecida
